



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, COMPREENDENDO RESERVAS, EMISSÃO DE BILHETES, REMARCAÇÃO, REEMBOLSO E CANCELAMENTO DE BILHETES EM TRECHOS DIVERSOS NO ÂMBITO NACIONAL, PARA FINS DE ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURICURI/PE, que se subordina à Constituição Federal de 1988, Art. 6 inciso XLIII e Art. 79 da Lei nº 14.133/2021, de 1 de abril de 2021.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A necessidade da contratação de uma empresa para prestação de serviço de agenciamento de viagens e deslocamentos aéreos surge da demanda por eficiência na gestão de deslocamentos de servidores públicos e colaboradores, visando otimizar recursos e garantir condições adequadas para viagens a serviço. O problema a ser resolvido consiste na complexidade e na demanda constante por passagens aéreas e terrestres, para garantir que as viagens sejam realizadas de maneira econômica, segura e dentro dos padrões estabelecidos pela administração pública.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação de uma empresa especializada em agenciamento de viagens se justifica pelos seguintes pontos:

Economia de Recursos: A empresa contratada pode oferecer condições vantajosas na cotação e reserva de passagens, buscando sempre os melhores preços disponíveis no mercado, contribuindo para a redução de custos públicos.

Eficiência Operacional: O serviço inclui desde a marcação até o cancelamento de passagens, facilitando o processo para os usuários e garantindo que as viagens sejam geridas de forma organizada e ágil.

Conformidade com Normas e Políticas: A empresa contratada deve operar de acordo com as normas e políticas de viagens estabelecidas pelo órgão contratante, garantindo que todas as viagens estejam em conformidade com as regulamentações vigentes.

Transparência e Controle: A contratação de uma empresa especializada permite um controle mais efetivo sobre os gastos com viagens, através de relatórios detalhados e sistemas que possibilitam auditorias e análises de desempenho.

Portanto, a contratação de uma empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens é essencial para garantir que as necessidades de deslocamento dos agentes públicos sejam atendidas de maneira eficiente, econômica e em conformidade com os interesses e normativas do setor público.

DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

O Município não possui plano anual de contratações, contudo, o objeto encontra no seu planejamento.

REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Para a contratação de empresas para prestação de serviço de agenciamento de viagens,



compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens aéreas e terrestres no âmbito nacional, os requisitos principais podem incluir:

Experiência e Capacidade Técnica:

Comprovação de experiência prévia no ramo de agenciamento de viagens, especialmente com foco em serviços similares para entidades públicas ou grandes organizações.

Capacidade técnica para lidar com sistemas de reservas de passagens aéreas, incluindo conexões e voos internacionais, com eficiência e precisão.

Estrutura e Suporte Operacional:

Disponibilidade de uma estrutura organizacional adequada para suportar a demanda esperada, incluindo atendimento ao cliente, suporte durante horários estendidos e em casos de emergência.

Equipe qualificada e treinada para lidar com solicitações de reserva, remarcação e cancelamento de passagens de forma ágil e eficaz.

Conformidade Legal e Documentação:

Regularidade fiscal e trabalhista, comprovada por certidões negativas de débitos junto aos órgãos competentes.

Sistema de Controle e Relatórios:

Capacidade de fornecer relatórios detalhados de todas as transações realizadas, incluindo informações sobre custos, itinerários, e condições contratuais acordadas.

Sistemas de controle de qualidade para garantir precisão nas reservas, minimizando erros e retrabalho.

A empresa interessada deverá estar registrada perante o Ministério do Turismo, conforme previsão do artigo 22 da Lei n. 11.771/2008 e do artigo 18 do Decreto n. 7.381/2010, além de atender a todas as demais especificações contidas nos referidos dispositivos legais.

A CONTRATADA deverá disponibilizar meio eficiente de comunicação, que permita a solicitação de serviços, como reservas de passagens, além de acompanhar em tempo real a execução dos serviços contratados, garantindo a acessibilidade e a agilidade nas demandas da Prefeitura. Deverá estar disponível suporte técnico contínuo, para resolver possíveis imprevistos ou emergências durante a execução dos serviços, como alterações de passagens, cancelamentos ou remarcações.

A CONTRATADA deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021, bem como manter essas certidões válidas durante toda a vigência contratual, assegurando a conformidade legal e a idoneidade da empresa prestadora.

A empresa deverá garantir que todas as tarifas e condições obtidas junto às companhias aéreas, sejam as mais vantajosas possíveis apresentando sempre cotações de pelo menos três fornecedores diferentes, de modo a garantir a economicidade do processo.

Para fins de minimização dos impactos ambientais, o serviço se dará sem emissão de papel, em especial, quanto aos bilhetes de passagens aéreas que devem ser disponibilizados por meio eletrônico.

Esses requisitos visam garantir que a empresa contratada possua a competência

necessária para fornecer um serviço de agenciamento de viagens eficiente e confiável, atendendo às necessidades específicas de uma entidade pública ou organização que demanda mobilidade constante de seus colaboradores ou representantes.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

| ITEM | ESECIFICAÇÕES | VALOR ESTIMADO R\$ ANUAL |
|---|--|---------------------------------|
| 01 | CATSER – 3719 - AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, COMPREENDENDO RESERVAS, EMISSÃO DE BILHETES, REMARCAÇÃO, REEMBOLSO E CANCELAMENTO DE BILHETES EM TRECHOS DIVERSOS NO ÂMBITO NACIONAL, PARA FINS DE ATENDER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS DO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE. | 90.000,00 |
| 02 | CATSER – 3719 - AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, COMPREENDENDO RESERVAS, EMISSÃO DE BILHETES, REMARCAÇÃO, REEMBOLSO E CANCELAMENTO DE BILHETES EM TRECHOS DIVERSOS NO ÂMBITO NACIONAL, PARA FINS DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE | 25.000,00 |
| 03 | CATSER – 3719 - AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, COMPREENDENDO RESERVAS, EMISSÃO DE BILHETES, REMARCAÇÃO, REEMBOLSO E CANCELAMENTO DE BILHETES EM TRECHOS DIVERSOS NO ÂMBITO NACIONAL, PARA FINS DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE | 20.000,00 |
| 04 | CATSER – 3719 - AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, COMPREENDENDO RESERVAS, EMISSÃO DE BILHETES, REMARCAÇÃO, REEMBOLSO E CANCELAMENTO DE BILHETES EM TRECHOS DIVERSOS NO ÂMBITO NACIONAL, PARA FINS DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OURICURI/PE | 16.000,00 |
| Total R\$ 151.000,00 (Cento e cinquenta e um mil reais). | | |

Emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem – voos domésticos e nacionais, contemplando taxa de embarque e bagagem de mão inclusa, ida e volta.

O objeto da contratação é de natureza simples, porquanto as suas especificações são conhecidas pelas empresas que atuam no ramo.

Os contratos oriundos do credenciamento terão a sua vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme art. 107 e art. 124 da Lei Federal 14.133/2021.

O credenciamento terá vigência por prazo indeterminado.

Consigna-se que, a teor do que dispõe o artigo 49 da Lei n. 11.182/2005, rege a prestação de serviços aéreos o princípio da liberdade tarifária, de modo que não há como definir previamente o valor unitário das passagens, mormente porque se trata de mercado fluido.

Recursos Orçamentários:

| SECRETARIA E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
|---|-----------------------------|
| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | ELEMENTO DE DESPESAS |
| | |



| | |
|--|-----------------------------|
| 1000.1000.12.122.1002.2.15 | 3.3.90.33.00 |
| 1000.1000.12.361.1002.2.292 | 3.3.90.33.00 |
| 1000.1000.12.361.1003.2.71 | 3.3.90.33.00 |
| 1000.1000.12.361.1003.2.322 | 3.3.90.33.00 |
| 4000.4001.4.122.1005.2.305 | 3.3.90.33.00 |
| 4000.4001.13.122.1005.2.114 | 3.3.90.33.00 |
| 4000.4001.13.1391.1008.2.141 | 3.3.90.33.00 |
| 4000.4002.27813.1010.2.144 | 3.3.90.33.00 |
| SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E UNID. ADM. VINCULADAS | |
| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | ELEMENTO DE DESPESAS |
| 2000.2001.4.122.1001.2.7 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3002.4.122.1001.2.11 | 3.3.90.33.00 |
| 5000.5001.4.123.1001.2.16 | 3.3.90.33.00 |
| 5000.5001.23.695.1011.2.94 | 3.3.90.33.00 |
| 5000.5003.4.123.1001.2.125 | 3.3.90.33.00 |
| 7000.7001.20.122.1015.2.97 | 3.3.90.33.00 |
| 8000.8002.15.122.1019.2.152 | 3.3.90.33.00 |
| 9000.9002.4.122.1021.2.157 | 3.3.90.33.00 |
| 19000.19001.541.1124.3.66 | 3.3.90.33.00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | |
| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | ELEMENTO DE DESPESAS |
| 3000.3000.8.244.1041.2.203 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.268 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.269 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.270 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.273 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.274 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.275 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.276 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.277 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.278 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.279 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.280 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.282 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.284 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.285 | 3.3.90.33.00 |
| 3000.3000.8.244.1041.2.289 | 3.3.90.33.00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | ELEMENTO DE DESPESAS |
| 2000.2000.10.122.1033.2.158 | 3.3.90.33.00 |

LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Há, no mercado, diversas empresas especializadas em agenciamento de viagens tanto a nível nacional quanto internacional, não havendo, portanto, restrições de mercado. Foi realizada pesquisa de preços através do site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e outros.

Levantamento do mercado (alternativas):

1 – SOLUÇÃO - Aquisição de passagens aéreas diretamente com as companhias aéreas;



2 – SOLUÇÃO - Aquisição de passagens por meio de agência especializada na prestação do serviço.

Descrição da solução adotada:

A aquisição de passagens aéreas diretamente com as companhias aéreas não permite o pagamento após execução dos serviços, desatendendo a obrigação prevista na lei. A contratação para períodos anuais não é viável, pois o mercado é fluido, impossibilitando a fixação de preços. Além disso, é inviável a competição entre as companhias aéreas, pois os trechos de necessidade do município ainda são desconhecidos, sendo que nem todas as cias operam em todas as rotas que poderão ser solicitadas para atender as demandas.

A segunda alternativa envolve a contratação de uma empresa especializada em agenciamento de viagens, que teria a responsabilidade de gerenciar todas as etapas do processo, desde a pesquisa e cotação até a reserva e compra de passagens. Essa alternativa permite que a Prefeitura obtenha serviços mais ágeis e integrados, aproveitando o *know-how* da empresa contratada e a possibilidade de obter melhores condições comerciais devido à negociação em bloco.

Além disso, a empresa especializada pode oferecer suporte técnico em tempo real, auxiliando na resolução de imprevistos, como alterações de datas, cancelamentos ou outros ajustes necessários no decorrer da viagem. O ganho em eficiência administrativa é evidente, pois a centralização do serviço de agenciamento em uma empresa especializada reduz a carga de trabalho dos servidores e permite uma gestão mais organizada dos deslocamentos. Considerando também o princípio da economicidade, esta alternativa tende a ser mais vantajosa, uma vez que a empresa contratada pode oferecer pacotes personalizados e condições mais competitivas.

Após pesquisa junto ao Portal Nacional de Compras Públicas, constatou-se que outras entidades vêm realizando a compra de passagens aéreas por meio do procedimento auxiliar de credenciamento, na medida em que se trata de um mercado fluido onde os preços flutuam constantemente. A flutuação dos valores das passagens aéreas prejudica uma fiel pesquisa de mercado, uma vez que os valores podem diminuir entre a data do certame e a data da aquisição, causando prejuízo ao poder público em virtude de uma contratação com sobrepreço. Por outro lado, os valores também podem subir, de modo que causaria prejuízo as empresas o fornecimento das passagens em valor aquém da cotação vigente, podendo acarretar o não fornecimento das passagens, fato que poderia desencadear eventual processo administrativo, sanções administrativas e causar maiores problemas.

Portanto, a aquisição das passagens aéreas se faz viável por meio de agências de viagem, especializadas nesta área, as quais tem acesso a cotações e rotas diárias de todas as cias aéreas, possibilitando o atendimento integral da demanda do município, sem cobranças adicionais.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO:

Não foi realizado pesquisa de preço, tendo em vista se tratar de credenciamento e os valores são estimados em eventuais gastos, e a forma de contratação é a menor cotação do dia.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

Para o fornecimento de bilhetes de passagem, a empresa deverá estar previamente credenciada junto ao Município de Ouricuri/PE.

No momento em que se revelar necessária a aquisição de passagens aéreas pela Administração, será realizada a cotação dos valores das passagens, juntos às empresas credenciadas, observando-se o valor da passagem para a data pretendida.

A cotação será registrada e a Administração escolherá a proposta mais vantajosa, ou seja, aquela que apresentar o menor custo, considerando todo o dispêndio de recursos públicos que envolverá a viagem (ida e volta, despacho de bagagens, etc.).

A empresa contratada deverá prestar toda a assistência que engloba a viagem realizada, responsabilizando-se pela emissão do bilhete de embarque, bem como por eventuais comunicações, reagendamentos em casos emergenciais e imprevistos ou em casos de atraso, observando sempre a legislação específica, bem como as normas civis e de defesa do consumidor aplicáveis.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O disposto, no entanto, não se aplica a presente demanda, por questões eminentemente operacionais, sendo necessário o agrupamento dos itens. Assim, afasta-se o caráter de parcelamento e segue-se à licitação com os itens agrupados em um único grupo, composto de itens referentes aos repasses dos valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos, internacionais, seguro viagem e serviços correlatos.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

A contratação de uma empresa para prestação de serviço de agenciamento de viagens tanto a nível nacional quanto internacional visa não apenas alcançar economias financeiras significativas, mas também melhorar a eficiência operacional e o uso dos recursos disponíveis, permitindo que a organização se concentre em suas metas principais e no atendimento ao interesse público de maneira mais eficaz e sustentável.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE



SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

Não se aplica.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

A licitação destina-se a garantir, além de outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável, harmonizando-se com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preceitua o art. 5º da lei nº 14.133/2021.

Ademais, a Instrução Normativa nº 01/2010, art. 3º da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Guia de Licitações Sustentáveis da AGU, dispõem sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública.

Diante ao exposto, esta equipe de planejamento, em análise a normativa supracitada e após análise de outros instrumentos convocatórios (a título de exemplificação, Pregão Eletrônico n. 047/2022 – Supremo Tribunal Federal – STF, disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/servicos/licitacao/listarEdital.asp?orgao=&modalidade=&situacao=&ano=&critério=Contrata%C3%A7%C3%A3o+de+empresa+para+presta%C3%A7%C3%A3o+de+servi%C3%A7os+de+emiss%C3%A3o+de+passagens>), verificou que não há nenhum requisito para aplicabilidade de sustentabilidade a presente aquisição, portanto não se aplica.

Não há previsão de impacto ambiental, visto que os serviços pretendidos não causam modificação prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social das localidades abrangidas pela prestação. Considerando o que dispõe o artigo 7º, XI, da Lei nº. 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, devem ser realizados por meio digital, mitigando quaisquer impactos ambientais decorrentes da contratação do objeto.

Requisitos temporais: Condições de entrega

Cada execução para entrega de bilhete deverá ser efetuada mediante solicitação por escrito, formalizada pelo órgão ou entidade demandante, dela devendo constar: nomes, a data, o valor unitário, a quantidade pretendida, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente pelo órgão/entidade requisitante, devidamente autorizado pela autoridade superior, e ainda acompanhada pela nota de empenho ou instrumento equivalente.

O prazo de entrega do serviço será de até 01 (um) dia útil, após a solicitação do órgão/entidade requisitante, contados do recebimento da nota de empenho, assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

Considerando as informações relacionadas no decorrer da apresentação deste ETP, e a solução encontrada para o objeto em questão, manifestamos favoravelmente sobre o prosseguimento do ato, visando à publicidade do edital.

Justificativa da Viabilidade: A contratação pretendida, no formato credenciamento com uma AGENCIADORA demonstra atender as necessidades atuais e de novas demandas.

Ouricuri/PE, 11 de setembro de 2025.

Paulo Teogens Ferreira de Oliveira
Ordenador de Despesas da Secretaria de Administração

Ana Maria Parente de Brito
Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde

Helvia Alencar Coelho Vila Antunez
Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Assistência Social

Ivone de Medeiros Lima
Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Educação